

ESTAÇÃO DE PESQUISA URBANA M'BOI
SÉRIE DOCUMENTOS DE TRABALHO
WORKING PAPERS, Nº 01, NOVEMBRO/2011

OBSERVATÓRIO DOS RECURSOS DO PAC NAS REGIÕES DAS REPRESAS BILLINGS E GUARAPIRANGA

Profº Francisco Fonseca, Fundação Getulio Vargas de São Paulo

Ana Sílvia Puppim, Centro de Direitos Humanos e Educação
Popular (Cdhep)



*CEAPG
Centro de Estudos
em Administração
Pública e Governo*

Índice:

- Apresentação
- Lógica de Intervenção:
 1. Definição de sete áreas específicas dentro das sub-bacias para um acompanhamento preciso dos recursos do Programa Mananciais aplicados em urbanização de favelas e saneamento.
 2. Produção de ferramentas de monitoramento, capacitação e divulgação de informações sobre os investimentos destas áreas.
 3. Ações no sentido de tornar transparente o processo de gestão dos investimentos nas áreas de mananciais escolhidas.
 4. Capacitação de lideranças para o acompanhamento das políticas públicas em áreas de mananciais.
 5. Outras ações.

Apresentação

O Observatório dos Recursos Públicos em Áreas de Mananciais, projeto desenvolvido pelo CDHEP (Centro de Direitos Humanos e Educação Popular), FGV (Fundação Getúlio Vargas) e Vitae Civilis, tem como objetivo acompanhar e criar tecnologias para o controle social da execução de Políticas Públicas, principalmente aquelas em áreas de mananciais hídricos, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental e a superação de dilemas sociais.

Como estratégia para a observação, elegeu-se o *Programa Mananciais* da Prefeitura da cidade de São Paulo, projeto que tem por objetivo o saneamento ambiental da bacia do Alto Tietê, sobretudo as sub-bacias Guarapiranga e Billings, executado pela Secretaria de Habitação da Prefeitura da cidade de São Paulo. Essa escolha se deu em razão da complexidade e importância para o futuro hídrico e ambiental da Região Metropolitana de São Paulo, além de ser um projeto vultoso – mais de 600 milhões de reais, com repasses e coparticipação dos governos Federal, Estadual e Municipal, o que por si só justifica pesquisas nesta área.

1. Definição de sete áreas específicas dentro das sub-bacias para um acompanhamento preciso dos recursos do Programa Mananciais aplicados em urbanização de favelas e saneamento.

1.1 Definição das Áreas de Observação

Para o acompanhamento da aplicação desses recursos e de seus impactos nas comunidades, elegemos alguns procedimentos metodológicos: 1) a adoção de sete¹ áreas de observação, motivadas pela representatividade no projeto global tanto pelo número de remoções de habitantes que se pretende na área quanto pelo impacto que pode trazer na melhoria de produção de água da região de manancial da zona sul; 2) o trabalho em rede, a partir de uma tríade: Academia, Sociedade Civil Organizada e moradores das áreas (atores sociais), formando uma grande rede de cooperação, informação e articulação; 3) a abertura de canais de comunicação com o Poder Público nas diversas instâncias de poder: Executivo, Legislativo e Judiciário, nos âmbitos municipal, estadual e federal.

¹ No projeto inicial estão descritas seis áreas, porém o Programa Mananciais subdividiu o bairro Jd. Cavalão em duas áreas.

O Projeto Global do Programa Mananciais está dividido em 174 Áreas – favelas que serão urbanizadas –, as quais foram agrupadas em oito lotes e, desta forma, licitadas. Como aludido, o Observatório escolheu sete dessas áreas utilizando como critério sua representatividade no projeto, levando-se em consideração quatro aspectos:

1. Participação popular (atores sociais);
2. Dimensão da intervenção;
3. Número de unidades habitacionais (UHs) cujos moradores foram removidos e reassentados;
4. Quantidade de UHs reurbanizadas.

Temos assim um quadro de áreas com diferentes estágios de obras e com tipos diferenciados de intervenção.

Quadro descritivo das Áreas de Observação:	
Área 1 Cantinho do Céu / Gaiivota	. Executor: Consórcio Shabin / Carioca . Nº de famílias beneficiadas: 15.250 . Nº de famílias a serem removidas/relocadas/reassentadas: 1.830 . Obras a executar: rede de água; rede de esgoto . Estimativa de Custo: - Infraestrutura: R\$ 76.254.000,00 - Novas UHs: R\$ 78.690.000,00 (R\$ 43.000,00/UH)
Área 2 Jd. Capela / Sta. Bárbara	Executor: Consórcio OAS/Via (sem informações até o momento)
Área 3 Araguari (Muriçoca)	Executor: Consórcio OAS/Via (sem informações até o momento)
Área 4 Ângelo Tarsini	Executor: Consórcio OAS/Via Nº de famílias beneficiadas: 326 Nº de famílias a serem removidas/relocadas/reassentadas: 0

Quadro descritivo das Áreas de Observação:	
<p>Área 5 Cavalo Branco A</p>	<p>Executor: Consórcio OAS/Via Nº de famílias beneficiadas: 1000 Nº de famílias a serem removidas/relocadas/reassentadas: 120 Obras a executar: rede de água; rede de esgoto Estimativa de Custo: - Infraestrutura: R\$ 6.283.000,00 - Novas UHs: R\$ 5.160.000,00 (R\$ 43.000,00/UH)</p>
<p>Área 6 Cavalo Branco B</p>	<p>Número de famílias beneficiadas: 100 Nº de famílias a serem removidas/relocadas/reassentadas: 12 Estimativa de Custo: - Infraestrutura: R\$ 1.392.000,00 - Novas UHs: R\$ 516.000,00 (R\$ 43.000,00/UH)</p>
<p>Área 7 Arizona</p>	<p>Executor: Consórcio OAS/Via Nº de famílias beneficiadas: 2.400 Nº de famílias a serem removidas/relocadas/reassentadas: 288 Obras a executar: rede de água; rede de esgoto</p>

Fonte: elaboração própria.

1.2 Articulação das lideranças das áreas escolhidas

Para o fomento e articulação de parceiros, pessoas e instituições, foram utilizados, inicialmente, contatos com lideranças populares, associações de bairro, grupos organizados e ONGs das Áreas de Observação que já mantêm relações com o CDHEP – relações resultantes de trinta anos de luta pelos Direitos Humanos e pela Educação Popular.

Nesse sentido, foram agendadas visitas e reuniões para a apresentação da proposta, da metodologia de observação do uso dos recursos públicos para esses grupos e a respectiva formação dos grupos nesta perspectiva, além da indicação de possíveis novos parceiros.

Para o desenvolvimento dessas atividades foram realizadas reuniões para planejar ações e levantar demandas, considerando-se as dificuldades e particularidades de cada uma das áreas, viabilizando um ambiente propício para a realização das oficinas e uma rede sólida para o acompanhamento do Programa Mananciais.

1.3 Avaliação das áreas escolhidas junto às lideranças

Durante essa avaliação, foram realizados trabalhos de campo e visitas técnicas aos canteiros de obras e arredores. Os trabalhos de campo visavam mapear e aferir as necessidades das comunidades, assim como verificar a abrangência e a efetividade das obras na melhoria das condições de vida dos moradores e da qualidade da água dos mananciais da Billings e da Guarapiranga, entre outras análises.

As visitas técnicas foram realizadas no intuito de levantar dados locais sobre o tipo de intervenção a ser realizada, ou em realização, e o seu cronograma; entretanto, essa estratégia se mostrou pouco eficiente devido à dependência de autorização dos órgãos envolvidos. Houve dificuldade na relação com as empreiteiras e a Secretaria de Habitação da cidade de São Paulo pelo excesso de burocracia e falta de profissionais para o atendimento direto à população. Vale ressaltar que essa metodologia também foi utilizada durante as oficinas, que serão esclarecidas no decorrer do relatório.

2. Produção de ferramentas de monitoramento, capacitação e divulgação de informações sobre os investimentos destas áreas.

2.1 Criação de planilhas eletrônicas, com programas específicos, para acompanhamento de aplicação de recursos das áreas a serem monitoradas.

Este tópico trata da elaboração de uma Planilha Eletrônica que auxiliará no acompanhamento da execução das obras públicas, bem como dos gastos efetuados. Pretende-se compilar dados do orçamento das três esferas de governo na tentativa de descobrir e monitorar os caminhos percorridos por essas verbas, desde as liberações da Caixa Econômica Federal até a execução na SEHAB. Porém, este tópico encontra-se atrasado devido às dificuldades interpostas pela Secretaria de Habitação da cidade de São Paulo na obtenção de informações.

2.2 Organização de oficinas de capacitação das lideranças (baseada na metodologia de educação popular a partir do conteúdo de promoção de meio ambiente sustentável como direito humano).

Partiu-se do treinamento em Educação Popular realizado em 07/08/2010, das 15h às 18h, ministrado pela educadora Silvia Puppim, com a presença dos educadores e técnicos envolvidos na realização das oficinas, com o intuito de equalizar os conhecimentos sobre a Pedagogia Freireana (baseada na obra de Paulo Freire) para, com os dados sobre a realidade

local e sobre o Programa Mananciais levantados até o momento, preparar os conteúdos para aplicação nas oficinas.

Foram definidas três temáticas a serem trabalhadas durante as oficinas:

1. Políticas de habitação e saneamento do Estado e do Município;
2. Participação popular e controle social dos gastos públicos;
3. Interações entre consumo e meio ambiente.

Também foi produzido, e distribuído durante as oficinas, material didático sobre essas temáticas.

3. Ações no sentido de tornar transparente o processo de gestão dos investimentos nas áreas de mananciais escolhidas.

3.1 Avaliação do resultado obtido no acompanhamento da aplicação do Programa Mananciais articulado com a sistematização da pesquisa de campo.

A partir da definição dos locais de observação e monitoria do Programa Mananciais deu-se a busca por informações e dados nas três esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal). Dessas, por enquanto, obtivemos informações ainda imprecisas com relação à aplicação dos recursos e projetos e relatórios das áreas, conforme descrições abaixo, o que demonstra a opacidade do Estado brasileiro.

Em relação à Prefeitura da cidade de São Paulo, responsável pela execução das obras, foi protocolado, por meio do Cdhep, um pedido de vistas aos processos e suas cópias, e, embora tenham sido aprovadas as referidas vistas, são interpostas dificuldades na marcação de datas e horários para a consulta dos documentos: do documento do Pedido de Vistas protocolado em 24/03 de 2010 até o mês de abril de 2011 a SEHAB disponibilizou técnicos para nos receber em apenas duas oportunidades, tempo insuficiente para análise dos documentos.

Junto à Secretaria de Saneamento e Energia, pasta que acomoda o Programa no governo do estado de São Paulo, a partir de reuniões obtivemos informações dos orçamentos agregados dos Programas Mananciais, Defesa das Águas e de Recuperação de Mananciais, visto que, do ponto de vista do Estado, estes programas se articulam em torno da bacia hidrográfica do Alto Tietê/Cotia, ou seja, o eixo sul-oeste da RMSP. Desses programas, levantamos um custo estimado em R\$ 1,22 bilhão, já descontada qualquer intersecção entre os orçamentos anteriores e futuro empréstimo do BIRD. Contudo, vale salientar que essas informações

tratam-se das rubricas para o Projeto Global, o que demonstra tanto a dimensão dos valores como a opacidade de sua aplicação.

O Governo Federal está representado por dois órgãos: a Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades. No primeiro, foi apresentada a dotação orçamentária prevista para o Programa Mananciais, bem como as áreas gerais que serão beneficiadas e o custo estimado do projeto. Já no segundo tivemos acesso ao cronograma de repasses para o município, disponibilizado por meio do site da Caixa Econômica Federal.

A análise desses dados está em processo de construção; contudo, ainda faltam informações mais detalhadas.

3.2 Repercussão na mídia

Durante seu desenvolvimento, o Projeto teve repercussão em diversos meios, tais como mídia impressa (jornal e revista), televisiva e eletrônica, e apresentação em seminários. Seguem abaixo relação desses:

- 05/10/2010 – Filme da Campanha da Fraternidade 2011 – Com o tema “Fraternidade e a Vida no Planeta” foram entrevistadas lideranças que estavam realizando as oficinas do Observatório.
- 21/10/2010 – Foi realizada uma vídeo-reportagem com a Sra. Silvia Puppim e o Sr. Cleber Lopes, pela Rede Globo, sobre os desafios da gestão da água na cidade de São Paulo, exibida no dia 10/11/2010 no programa Bom Dia São Paulo; também foram entrevistadas algumas lideranças do Jd. Capela e do Pq. Cavalão Branco.
- 20/01/2011 – Foi realizada uma vídeo-reportagem com o Sr. Cleber pela Rede Globo, no quadro Flutuador do programa SPTV, sobre a expansão urbana no entorno da represa Guarapiranga. Essa reportagem foi ao ar em 20/01/2011.

Citações do Observatório dos Mananciais na internet:

- <http://www.tecnohidro.com.br/noticias/2008/17-07-08-pac-e-demais-programas-para-mananciais-apresentam-solucoes-incompletas.htm>
- <http://www.fatorambiental.com.br/portal/index.php/tag/gestao-de-recursos-hidricos/page/4/>
- <http://www.ipam.org.br/agenda/Clima-consumo-e-meio-ambiente-As-Faces-da-Mesma-Moeda/141>

Participações em Seminários:

- 20/04/2011 – Seminário Guarapiranga – Realizado em 30/03/2011, na cidade de Embu das Artes, promovido pela Diocese de Campo Limpo com o apoio do CDHEP, Vitae Civilis e Sociedade Santos Mártires. O evento teve como objetivos: 1) Equalizar os conhecimentos sobre as ações em curso para a recuperação e proteção da bacia de Guarapiranga. 2) Rever e atualizar os compromissos assumidos no Seminário Guarapiranga em 2006. 3) Discutir a continuidade do processo de acompanhamento de ações, com foco no Programa Mananciais em curso e na participação dos atores governamentais e não governamentais. O CDHEP fez a coordenação da mesa de Habitação, em que foi possível dialogar com técnicos da Secretaria de Habitação da cidade de São Paulo e do CDHU – do Governo do estado de São Paulo.
- Encontro Internacional em PIE de Paz – O encontro ocorreu nos dias 25, 26 e 27 de abril de 2011 e foi promovido pelo Centro Cultural da Espanha em São Paulo, Instituto Pólis e Embaixada da Espanha no Brasil. Ana Silvia Puppim foi convidada a refletir sobre a temática Cultura de Paz e Participação Política e Cultural.

4. Capacitação de lideranças para o acompanhamento das políticas públicas em áreas de mananciais.

4.1 Realização de três oficinas de quatro horas de duração em seis das áreas escolhidas (total de 18 oficinas).

Estão sendo desenvolvidas oficinas em seis comunidades com o objetivo de apropriação, por elas, de conteúdos e informações relacionados ao Programa Mananciais, e sobre do Orçamento Público. Já foram realizadas 15 oficinas em quatro comunidades distintas. Ainda acontecerão três oficinas em uma área que integra os locais que passarão por intervenções de programas públicos para os mananciais, totalizando 18 encontros.

As principais temáticas das oficinas relacionam-se à cidadania e aos instrumentos legais de direitos, com o objetivo de garantir à comunidade a reivindicação de seus direitos relacionados à sustentabilidade socioambiental; também busca-se a reflexão sobre a qualidade e a quantidade de água para o abastecimento público, a luta pelos direitos à moradia digna, o processo de adaptação dos efeitos das mudanças climáticas e o consumo consciente.

Até o final de 2010 foram realizadas oficinas em três comunidades, localizadas no distrito do Jd. Ângela, à margem esquerda da represa da Guarapiranga. Os primeiros encontros ocorreram no Jd. Capela, com a presença das comunidades do Parque Cerejeiras e Vila do Sossego. No Jd. Cavalo Branco houve a participação das comunidades da Vila do Sol, Jd. Vera Cruz, Chácara Bandeirantes e Vila Rodrigues. Em média houve a participação de cerca de vinte pessoas por oficina.

No início de 2011 ocorreram duas oficinas com a presença de moradores e lideranças da região do Cantinho do Céu/Grajaú e Colônia/Parelheiros. Cabe a observação de que no CIEJA Parelheiros, escola localizada no Jd. Varginha – região que fica entre os bairros do Grajaú e Parelheiros –, excepcionalmente foram realizadas seis oficinas devido à demanda da região. Além desses encontros, houve reuniões prévias com lideranças das comunidades para a organização e preparação das oficinas.

Até o momento pudemos observar a criação de uma mobilização para organizar grupos atuantes nas áreas em foco, em que as comunidades são as protagonistas de sua realidade, ainda que existam muitas dúvidas, principalmente em relação ao andamento das obras do Programa Mananciais, principalmente no tocante às desapropriações. Tendo isso em vista, o encaminhamento dado até agora é reunir as lideranças das Áreas de Observação com a Promotoria de Habitação do Ministério Público. Essas reuniões têm como objetivo contribuir

para que as lideranças levem suas demandas e dúvidas à Promotoria e obtenha possíveis resoluções, como pedidos de audiência pública e convocação da Secretaria Municipal de Habitação – responsável por realocar as famílias que sofrerão com desapropriações –, e obter outras resoluções a serem acordadas entre a Promotoria e as comunidades por meio de ações civis públicas e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC).

5. Outras ações

A FGV e o Cdhep elaboraram um vídeo intitulado “Aqui tem gente – vida e exclusão nos mananciais”, que será exibido às autoridades públicas. Ver www.cdhep.org.br.

Nos dias 04 e 05 de novembro foi realizado no Cdhep o I Colóquio de Direitos Humanos: https://docs.google.com/View?id=dgtdxwtg_5922fcm6ddd.

Este projeto de pesquisa, que está na fronteira com a extensão, faz reuniões mensais – na FGV e nas comunidades –, articula a comunidade com as autoridades governamentais e qualifica as comunidades observadas com vistas a obterem direitos. Do ponto de vista acadêmico, todas essas atividades são utilizadas como fonte de análise empírica da realidade brasileira: em sala de aula e nos projetos de pesquisa e acadêmicos (PIBIC, dissertações e doutoramentos).

Por fim, foi elaborado um artigo acadêmico sobre a experiência do Observatório, que foi aprovado no Cadernos de Gestão Pública & Cidadania e deverá ser publicado em 2012.